

Parlamentarismo é polêmico

A definição do sistema de governo — presidencialista ou parlamentarista — e a legislação tributária serão os pontos mais polêmicos na elaboração da nova Constituição, segundo o presidente da Câmara, do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, que acredita na votação, por consenso da maioria das matérias hoje em estudo pelos parlamentares.

Ele reafirmou sua intenção de não prorrogar os prazos de funcionamento da Assembleia e nem autorizar seu recesso em julho e surpreendeu os jornalistas ao afirmar que acredita na manutenção da Aliança Democrática, inclusive na sucessão do presidente Sarney.

Ulysses disse que o PMDB poderá caminhar junto com o Partido da Frente Liberal rumo à Presidência da República, nas próximas eleições, e, embora negando qualquer conversa sobre uma dobradinha com o ministro Aureliano Chaves, admitiu que "vários pontos" o aproximam do presidente de honra do PFL. Em almoço oferecido aos jornalistas, ressaltou que "são muito boas" as chances de reedição da Aliança Democrática para a sucessão do presidente José Sarney.

Segundo Ulysses, "tudo nos aproxima para esse entendi-

mento: os dois partidos estão votando juntos matérias importantes; já fizeram um programa mínimo de governo, que estamos procurando cumprir e que ainda não se exauriu; de forma que acho isso muito possível".

A sorte da democracia no Brasil, alertou, "está vinculada à Assembleia Nacional Constituinte, que é o poder supremo do país, que pode reeditar um governo monárquico, pode até abolir a Federação, pode fazer modificações profundas no Judiciário".

Uma constituinte frustrante, advertiu Ulysses, "voltada para o passado, que não olhe para os milhões de brasileiros necessitados, será uma constituinte apenas no nome e comprometerá a implantação da democracia no nosso país".

O outro pelo identificado pelo deputado Ulysses Guimarães e pelo ministro Aureliano Chaves como fundamental à consolidação democrática é o presidente José Sarney. Frisou que "se insere no presidente da República uma soma tal de poderes que, nessa transição que estamos fazendo — um presidente de transição, uma Constituinte de transição — ele é de fundamental importância para que se acompanhe as exigências da socieda-

de, no intuito de transformar em realidade os compromissos mudancistas que levaram milhões de brasileiros à praça pública".

PRESIDENCIALISMO

O presidente do PMDB e da Constituinte voltou a defender o presidencialismo, um sistema de governo pelo qual ele diz ter "muita simpatia", mas admitiu, novamente, a possibilidade de mudar de ideia. "Quem sabe até me convenço do contrário nos debates?".

O que o deputado Ulysses Guimarães quer — e nisso ele diz estar afinado com o presidente José Sarney, é um presidencialismo com Legislativo forte: "O presidente José Sarney participa da ideia de que se deve fortalecer o Legislativo".

Para isso, coloca alguns elementos importantes: o pedido de informação, que funcionaria como uma CPI rápida e que implicaria crime de responsabilidade, caso o Executivo não respondesse ao requerimento; a aprovação do Congresso para o aumento de cargos no Executivo; e a figura de um ministro de coordenação entre o Congresso e o governo.

Do parlamentarismo, Ulysses diz que o respeita, mas lembra que "eu participei de um parlamentarismo à brasileira, que

nós inventamos aí, para sair de uma crise".

Outro argumento de Ulysses é que as bancadas do Sul, mais numerosas, levariam vantagem sobre o Norte/Nordeste. E outra vez exercitou o seu agudo e sutil senso de humor: "Dificilmente teríamos um primeiro-ministro do Maranhão. Já pensaram num primeiro-ministro do Maranhão?".

JUDICIÁRIO

"O primeiro dever do Estado é a Justiça". Foi se apoiando nessa frase que o deputado Ulysses Guimarães afirmou que "se há um assunto que vou acompanhar com toda atenção é esse do Poder Judiciário. Temos que sair dessa Constituinte com uma nova estrutura do Poder Judiciário. Não pode continuar como está". O Brasil, segundo ele, "precisa de uma justiça popular, justa para o pobre, que não existe".

INOVAÇÃO

O deputado Ulysses Guimarães defendeu a criação de figuras novas pela Assembleia Nacional Constituinte. Entre elas, destacou a figura do "defensor do povo", por exemplo: "Se dependesse de mim, acho que seria muito interessante criar uma grande personalidade, aprovada pelo Congresso, nesse sentido".

Senado examina política de comunicações

A CPI instalada no Senado para investigar a política de comunicação no País e possíveis irregularidades no âmbito do Ministério das Comunicações entrará em funcionamento somente a partir da próxima semana, segundo informou o senador Fábio Lucena, provável relator da Comissão. Com nove membros — cinco do PMDB, três do PFL e uma vaga para os demais partidos — a CPI solicitada por 27 senadores de todos os partidos com assento no Senado, terá como assunto central a democratização das comunicações no País.

Ao observar que a instalação da comissão não tem como alvo ações pessoais de quem quer que seja, o senador Fábio Lucena admitiu, porém, que no seu desenrolar o assunto gerará polêmicas. O mais importante, no entender do senador é que os resultados da CPI sirvam de subsídios para a Constituinte e suas comissões temáticas, "além de restabelecer a credibilidade, respeitabilidade e eficiência de um instrumento de importância cabal num momento histórico como o que vivemos".

Juiz classista deve acabar, diz magistrado

A extinção dos juizes classistas nas juntas e tribunais do trabalho foi proposta ontem pelo presidente da Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (Anamatra), Antônio Carlos Chedid, durante depoimento perante a Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público.

Foi a segunda audiência pública daquele órgão constituinte. Ao longo de toda a manhã, o relator Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), sabatinou o magistrado sobre os principais problemas inerentes à Justiça, desde a demora na decisão dos processos até a conveniência da atualização da justiça trabalhista.

ANC 88

Pasta 08 a 15

Abril/87

108



Bernardo Cabral vê a proposta de Leite Chaves

Leite Chaves quer mudar o regime logo

O senador Leite Chaves (PMDB/PR) está convicto de que conseguirá mais de dois terços de apoio de senadores e deputados para sua proposta de emenda à Constituição que instaura no País, ainda nessa legislatura, o parlamentarismo misto. A proposta do senador facultaria aos estados e municípios adotar o regime. Assegura, também, o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, que indicaria um primeiro-ministro.

Segundo o senador, sua proposta de mudança de regime antecipa o "que já está entre os debates do dia", ou seja, a adoção do parlamentarismo, que seria ratificado ao final dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Entende o senador Leite Chaves que o parlamentarismo misto, que facultaria ao Presidente da República indicar o primeiro-ministro, os ministros militares e o encaminhamento do orçamento da União, fortalecerá o presidente José Sarney, que conservará sua autoridade e não será desgastado por possíveis crises.

A proposta do senador não será apreciada pela Assembleia Constituinte, mas pelo Congresso ordinário. Sua aprovação exige duas votações em plenário e a aprovação por dois terços dos deputados e dos senadores, com a coleta dos votos em separado, primeiro na Câmara e depois no Senado Federal.

DEBATES

A questão do sistema de governo, que envolve a definição do regime presidencialista ou parlamentarista, é reclamada pela Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte, sob a alegação de ser assunto de sua exclusiva competência.

Ontem à tarde, a mesa da Subcomissão do Poder Executivo encaminhou sua proposta ao presidente da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Oscar Corrêa (PFL/MG), para que seja apreciada na reunião da comissão temática. A subcomissão já quer começar na próxima semana a discussão em torno do parlamentarismo.